

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 16 de setembro de 1999

Ano 1 Nº 06

Depoimento muda rumo da CPI do BESC

A semana foi marcada por depoimentos contraditórios na CPI que investiga a situação pré-falimentar do BESC, presidida pelo deputado Onofre Agostini (PFL) e tendo como relator o deputado Ronaldo Benedet (PMDB). O Chefe do Departamento Financeiro, José Manoel de Oliveira, ao contrário do que afirmou o presidente do banco, Victor Fontana, informou que em duas oportunidades, nos dias 24 e 25 de agosto deste ano, foram realizadas operações de redesconto, empréstimos de liquidez com recursos do Banco Central, num total de R\$ 15,5 milhões. Os parlamentares de oposição lembraram que a alteração na Constituição Estadual que permitiu a federalização do BESC ocorreu no dia 23 de agosto, sendo que Oliveira revelou que a liquidez do banco girava em torno de R\$ 450 milhões em janeiro de 99, enquanto Fontana frisou que o balanço só seria divulgado após análise dos diretores do Banco Central.

Benedet frisou que o presidente do BESC garantiu que o banco captava dinheiro sem necessidade e pagava uma taxa maior que o preço de mercado, declaração que diferenciou da prestada pelo Chefe do Departamento Financeiro, que afirmou que isso só acontecia nos casos de obrigação legal, referentes ao crédito agrícola. Quanto aos depoimentos dos chefes da Contabilidade, Jonas



Parlamentares questionam informações prestadas por Victor Fontana

Goedert, e do Setor Jurídico Contencioso, Eduardo Andriani, o relator da CPI acrescentou que os mesmos trouxeram elementos técnicos, como redesconto e não publicação do balanço de 1998, divergentes das informações fornecidas por Victor Fontana.

Há 21 anos atuando na área contábil, Goedert disse que apenas em junho de 1987 o BESC apresentou prejuízos em seu balanço, reiterando que não concorda com os números apresentados pelo Banco Central, tidos como excessivamente rigorosos por não separar ajustes regulamentares e técnicos, já que os últimos tratam de despesas com empréstimos feitos e não pagos. Reiterou que os dados divulgados pelo BC para sanear o banco não são claros, oscilando entre R\$ 650 milhões e R\$ 819

milhões.

Ronaldo Benedet decidiu requerer a Fontana, além de explicações sobre a contradição entre os depoimentos, as taxas de CDI e Selic determinadas pelo BC para financiamento dos títulos públicos e privados, no período de janeiro de 90 a agosto de 99. O parlamentar também quer documentos sobre a remuneração paga pelo governo estadual no financiamento da dívida mobiliária neste mesmo período.

Depõem na próxima semana o Secretário da Fazenda, Antonio Carlos Vieira, as gerentes do BESC de Brasília e do Rio de Janeiro, além do ex-secretário da Fazenda, Nelson Wedekin e o ex-presidente do banco, Fernando Ferreira de Mello.

Escolhido presidente da Comissão do Complexo Lagunar

Página 4

Deputados discutem subnutrição infantil no Estado

Página 5

Atividade farmacêutica em destaque na AL

Página 8

OPINIÃO

Como atenuar a superlotação em presídios



A superpopulação em presídios se constitui num problema crônico e que muito perdurará em nosso País.

A falta de oportunidade para nosso povo tem sido gerada, em grande parte, pela avalanche da globalização, na qual milhares de produtos, por vezes de qualidade duvidosa mas preço altamente competitivo, são jorrados no nosso mercado, roubando-nos a colocação até dos nossos mais primários produtos nacionais.

Agravando ainda mais esta situação, os nossos poucos produtos exportáveis, que agregados ao exagerado "custo Brasil" milagrosamente têm preços competitivos no mercado mundial, penam como peixe na rede, na severa malha protecionista que praticamente todos os demais países adotaram.

O resultado é trágico. O inevitável desemprego pulverizado em todos os segmentos da nossa economia, causando desespero e marginalidade pela falta de expectativa e um número sem fim de transgressões, muitas praticadas meramente no afã de simples e miserável necessidade de comida para os filhos.

E os tribunais, compostos pelos que não dormem por causa dos que não comem, julgam e os apenados são recolhidos aos já superlotados presídios, acreditando terem se protegido dos desclassificados.

Assim tem sido. Este quadro é cíclico e teria de ser radicalmente combatido com um criterioso planejamento e rigorosa execução, numa

política severa e de longa duração.

Entretanto, tenho procurado, como Parlamentar, fazer a minha parte criticando e apresentando diversos projetos de lei que, pelo menos, atenuem o sofrimento de alguns infelizes reféns deste perverso sistema.

Assim, a lei Estadual nº 11.157, de 16.07.99, que "dispõe sobre a cessão de ambiente para prestação de serviços de assistência e orientação jurídica nas delegacias de polícia, presídios públicos e penitenciárias e estabelece outras providências" de minha autoria, foi idealizada com este propósito.

A Lei visa o acesso ao atendimento jurídico às pessoas pobres com a assistência imediata nos momentos de grandes aflições que, por outro lado, evitará as desnecessárias reclusões no caríssimo sistema carcerário.

Nestes escritórios também atender-se-á a comunidade carente em geral com consultas ou orientações relativas aos serviços públicos prestados pelas delegacias de polícia ou dos centros de reeducação.

Alem disto, foi criada oportunidade para que estudantes de Direito ocupem estes escritórios, servindo-lhes como estágio curricular na forma do programa da faculdade, e que serão devidamente assistidos pelos professores, sem prejuízo da participação ou supervisão da Ordem dos Advogados do Brasil.

Ainda, considerando-se a dificuldade financeira do Estado, foi facultada a participação de qualquer entidade na adequação do ambiente e colocação de móveis e equipamentos para o desempenho da atividade.

Deputado Nilson Gonçalves (PFL)

Respeito no Parlamento, para seu fortalecimento



Os milhões de catarinenses que votaram nos quarenta deputados esperam de cada um de nós que representemos os seus interesses, fiscalizemos as ações do Executivo e ofereçamos as condições legais para que o governo estadual bem administre o nosso Estado.

Os catarinenses esperam que travemos o debate elevado das idéias. A sociedade deseja que nos portemos com civilidade, sejamos cavalheiros. Os brasileiros repudiam o uso de mandatos e de tribunas para a retaliação.

Os nossos eleitores esperam que saibamos distinguir o adversário político do inimigo pessoal.

A vitória das nossas idéias não pressupõe a selvageria da destruição moral e primitiva dos nossos adversários.

Transformar a Assembléia Legislativa em ringue de acertos de antipatias pessoais só pode resultar no descrédito deste Poder destinado à representação popular.

Nenhum de nós tem o direito de ir à tribuna para denegrir a imagem deste Poder.

Por estas razões, pedi à presidência da Mesa de trabalhos que interrompa e casse a palavra do parlamentar que ouse repetir espetáculos degradantes como os que temos assistido, nos últimos dias, neste plenário.

Que se reestabeleça nesta Casa o cavalheirismo.

Que se restabeleça a cordialidade e o respeito por mais profundas que sejam as nossas divergências ideológicas.

Que a tribuna da Assembléia Legislativa nunca mais seja usada para espalhar a infâmia, a injúria e o desrespeito à condição feminina e à privacidade das senhoras e senhores deputados.

Caso contrário não seremos merecedores do mandato, muito menos do respeito da sociedade.

Aos que insistirem com o destempero e mesquinhas a história reserva o desprezo e o esquecimento, que merecem todos aqueles que conspurcam a democracia, conquistada a tão duras penas.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB)

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)

2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)

2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

3º Secretário: Afonso Spaniol (PDT)

4º Secretário: Adelor Francisco Vieira (PFL)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina

Rua Jorge Luiz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

E-mail: imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Editoração e Diagramação: Noeli T. Livi

Redatores: Marise Ortega, Cleide Winckler, Rubens Vargas,

Rose Padilha

Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychyn,

Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Alberto Neves

Ilustrações: Hudson Mendes Cardoso

Distribuição: Setor de Expedição da Divisão de Imprensa

Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

GERAL

Sul Brasil e Itália se encontram para discutir agricultura

O presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deputado Gilmar Knaesel, transmitiu no último dia 10, em Porto Alegre, durante a reunião dos legislativos do Sul do Brasil, o convite feito pelo Conselho Parlamentar do Vêneto para que participem do "Fórum de Agricultura Tri-Vêneto/Sul Brasil". O evento acontecerá no mês de novembro em Verona e reunirá representantes de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul em torno de temáticas de interesse comum na área da agricultura.

Os três temas centrais do fórum serão a biotecnologia alimentar, a cooperação mútua de categorias agrícolas e o comércio internacional entre as duas regiões e a agroindústria. Neste último item serão detalhados os aspectos da tecnologia de produção, comercialização e marketing, associativismo e consórcios, crédito e seguros, além do sistema tributário e de subsídios. Visitas técnicas também fazem parte do programa.

As comitivas estaduais serão compostas por dez participantes, sendo



(foto Marcos Ejfiter)

Presidentes das Assembleias do Sul reunidos em Porto Alegre

a princípio cinco representantes das assembleias. Neste caso, os três deputados e dois técnicos das comissões de agricultura são convidados do Conselho Parlamentar do Vêneto, que custeará a ida e a permanência destes na Itália. Os outros cinco componentes da delegação poderão vir do Poder

Executivo, universidades, federações de agricultura, comerciais e industriais ou do sistema cooperativo.

No encerramento do Fórum de Agricultura Tri-Vêneto/ Sul Brasil serão apresentados os acordos de intercâmbios firmados e definidas as ações para a concretização dos objetivos do encontro.

Deputados recebem homenagem em Imaruá

Os deputados Joares Ponticelli (PPB), Volnei Morastoni (PT), Manoel Motta (PMDB) e Francisco de Assis (PT) foram homenageados no último domingo em Imaruá, pelos serviços prestados em prol da causa denominada "Grito das Águas", evento que está programado para o período de 12 a 15 de novembro próximo. Os parlamentares receberam o troféu "Amigo da Lagoa - na categoria Iniciativa Política - Personalidade do Ano de 1999". A homenagem foi promovida pela Sociedade Amigos da Lagoa de Imaruá (Salisc) e fez parte do 1º Encontro Catarinense de Corais em Defesa da Natureza, ocorrido no domingo à tarde nas dependências da Igreja Matriz de Imaruá.

Joares recebeu a homenagem por sua iniciativa em solicitar a criação de uma Comissão Especial Externa que visa acompanhar os trabalhos de recuperação e proteção das lagoas que compõem o Complexo Lagunar. Já os deputados Motta, Morastoni e Assis, foram homenageados por terem subscrito uma Sessão Solene dedicada ao tema e já realizada no Legislativo no Dia Mundial do Meio Ambiente.

Knaesel defende Orçamento Regionalizado em Lages

O pronunciamento do Presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gilmar Knaesel no Congresso Estadual dos Municípios, que aconteceu nesta quarta-feira 15, em Lages, foi taxativo. Para mais de 140 prefeitos e outras autoridades, Knaesel afirmou que a Assembleia desempenhará o seu papel, fazendo cumprir a lei complementar que instituiu o Orçamento Regionalizado.

"Foi uma conquista de toda sociedade catarinense, prefeitos, vereadores e municípios", afirma Knaesel e avalia: "Acho que é uma das melhores leis que já aprovamos nos últimos anos, e seguramente a melhor

do ano passado". O deputado Knaesel, que trabalhou na elaboração do Orçamento nos últimos dois anos, ressalta ainda que o projeto contou com o envolvimento de todos os deputados e a adesão de mais de 90% dos municípios de Santa Catarina.

Com o Orçamento Regionalizado, cada região apresenta suas prioridades através de audiências públicas e de seus representantes. Assim, as obras e serviços prioritários

são incluídos no Orçamento do Estado.

Em 1998, 3% do total dos recursos estaduais foram destinados para o Orçamento Regionalizado. Este percentual alcançou o montante de R\$80 milhões.

"Acho que é uma das melhores leis que já aprovamos nos últimos anos, e seguramente a melhor do ano passado."

COMISSÕES

Ponticelli é o presidente da Comissão do Complexo Lagunar

Os membros da Comissão Especial Externa, criada pela Mesa Diretora da Assembléia para tratar de assuntos atinentes ao Complexo Lagunar, decidiram na tarde da última terça-feira 14, indicar o deputado Joares Ponticelli (PPB) para ser o seu presidente. Foram determinantes na escolha do deputado pepebista os fatos do parlamentar ter sido o autor do requerimento que deu origem à referida comissão e ser morador da região onde se encontra o problema. Joares, que é presidente da Comissão de Educação e membro de mais duas Comissões Permanentes, resolveu aceitar o desafio. “Não poderíamos deixar de atender a mais este chamamento, principalmente por levarmos em conta que o problema do Complexo Lagunar é de responsabilidade de todos nós, moradores da Amurel”, destacou.

Integram a CEE do Complexo Lagunar os deputados Volnei Morastoni(PT), Sandro Tarzan (PTB), Ronaldo Benedet (PMDB) e Clésio Salvaro (PFL), mas o próprio deputado Ponticelli já anunciou que vai tratar junto ao presidente da Assembléia, Gilmar Knaesel (PPB),



Deputado Gilmar Knaesel recebe cartas das crianças de Imaruá

sobre a possibilidade de aumentar este número tendo em vista o pedido de alguns outros deputados que têm interesse de também se engajar na luta pela solução do problema.

No evento de terça-feira um fato marcante foi a presença do Coral Infantil “Amiguinhos de Jesus”, de Imaruá, que acompanhou o presidente Leonardo

Morelli e os demais dirigentes da Sociedade Amigos da Lagoa de Imaruá.

As crianças que lotaram o hall de circulação do Plenário e promoveram um espetáculo todo especial durante a sessão ordinária, fizeram a entrega de 1.500 cartas de estudantes do município de Imaruá pedindo aos deputados apoio na recuperação do Complexo Lagunar Sul.

(foto Jonas Lemos Campos)

Comissão sobre emprego e renda reunida em Criciúma

Os deputados integrantes da Comissão Especial Temporária Externa para Geração de Emprego e Renda, Jaime Duarte (PPS), Ronaldo Benedet (PMDB), Sandro Tarzan (PTB), Adelor Vieira (PFL) e Neodi Saretta (PT) reúnem-se nesta sexta-feira (17) em Criciúma. Prevista para funcionar durante 90 dias, a comissão teve o seu prazo prorrogado por dois meses.

“A importância do tema e a necessidade de promover novos encontros regionais, como o primeiro que ocorreu em Joinville, justifica a continuidade dos trabalhos”, alega o presidente da comissão, Jaime Duarte (PPS). Vão participar da reunião, representantes dos trabalhadores, dos empresários e do poder público. O início está previsto para às 9h, no Salão Ouro Negro da Prefeitura de Criciúma.

Ao final dos trabalhos, a comissão especial vai divulgar um relatório

indicando uma agenda de medidas de curto prazo e oportunidades para geração de emprego e renda no Estado. “Nestes cinco anos de Plano Real, o governo

**“Nestes cinco anos de
Plano Real,
o Governo FHC
promoveu um
crescimento desumano,
com aumento da pobreza e
um número de
desempregados
superior a
10 milhões de brasileiros”.**

FHC promoveu um crescimento desumano, com aumento da pobreza e um número de desempregados superior a 10 milhões de brasileiros”, destaca o deputado.

A comissão também poderá ser transformada em fórum permanente para discussão dos problemas sobre o desemprego em Santa Catarina. Duarte defende ainda a realização de um pacto pelo emprego incluindo representantes de todos os segmentos sociais para encontrar saídas criativas e discutir o futuro do trabalho.

Diminuição da carga tributária para pequenas e médias empresas, liberação de crédito para a agricultura familiar e a criação de cooperativas foram algumas das propostas apresentadas por representantes dos trabalhadores. Os empresários defenderam uma maior flexibilização das leis trabalhistas, alegando que a legislação atual aumenta os direitos dos trabalhadores, mas diminui o acesso ao mercado de trabalho. E sugeriram, ainda, a diminuição dos impostos e a redução das taxas de juros.

COMISSÕES

Subnutrição infantil preocupa em Santa Catarina

A Comissão de Saúde da Assembléia, presidida pelo deputado Volnei Morastoni (PT), recebeu o relatório da Coordenação Estadual de Alimentação e Nutrição da Secretaria de Saúde, referente às notificações de casos de subnutrição infantil no Estado. Na ocasião também esteve presente o coordenador das Promotorias da Infância em Santa Catarina, Gercino Gerson Gomes Neto. Segundo Morastoni, os dados apurados no relatório mostram a nossa realidade quanto ao problema da subnutrição infantil.

Santa Catarina tem sido pioneiro na chamada notificação compulsória, que surgiu a partir de 1995 com a aplicação de lei de autoria do deputado Décio Ribeiro (PDT) e que posteriormente teve sua abrangência ampliada para os conselhos tutelares e promotorias da Infância e Adolescência de cada comarca, através de emendas do deputado Morastoni. Isto, segundo o parlamentar, gerou um ambiente propício para a implantação do Sistema de



Comissão de Saúde recebe relatório sobre carência alimentar

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) no Estado, que atualmente atende a 272 municípios catarinenses, através do Plano de Combate às Carências Nutricionais (PCCN).

Inquérito civil público

Em 1995 um inquérito civil público instaurado pelo Ministério Público de Santa Catarina constatou, entre uma série de problemas, que um percentual entre 25% e 30% de crianças são vítimas de

subnutrição. “Caiu o mito de que Santa Catarina é o ‘Estado das maravilhas’, pois apresenta problemas semelhantes aos enfrentados por regiões mais pobres do país, como o Norte e Nordeste”, destaca Morastoni. Este inquérito impulsionou a criação das leis que tratam da notificação compulsória em Santa Catarina, integrando Executivo, Legislativo e Ministério Público Estadual.

“A subnutrição é apenas a

ponta do ‘iceberg’, gerado por toda uma problemática social, incluindo o desemprego. Porém, não podemos prescindir de planos emergenciais para atender não apenas à criança, mas também à mãe enquanto gestante nutriz”, ressalta o presidente da Comissão de Saúde da Alesc, que avaliará os dados apurados pelo relatório entregue e promoverá uma série de encaminhamentos.

Uma das ações será um apelo ao ministro da Saúde, José Serra, para que sua pasta contemple a inclusão da farinha de multimistura na alimentação, enquanto são promovidos os estudos científicos sobre este complemento alimentar, além de uma revisão do cálculo de repasse de recursos aos municípios para combate à subnutrição. Os parlamentares da comissão vão sugerir ao governador que inclua no Orçamento do Estado a previsão de recursos para a criação de Programa Estadual de Combate às Carências Nutricionais, complementando os recursos federais.

Produtos transgênicos no centro dos debates

As conseqüências nocivas decorrentes do cultivo de produtos transgênicos para a saúde e o meio ambiente foram tema central da audiência pública ocorrida em Xanxerê, no último dia 10, numa iniciativa da Comissão de Agricultura da Assembléia.

Os deputados Gelson Sorgato (PMDB) e Jaime Mantelli (PDT), presidente e membro da comissão, respectivamente, destacaram dois pontos importantes do encontro que mobilizou prefeitos e demais lideranças político-comunitárias da região: o esclarecimento

sobre a transformação genética através da inserção no gene de determinadas espécies de substâncias químicas ou de células animais, alterando a natureza do produto e podendo causar doenças que vão de alergias ao câncer.

Segundo o presidente Sorgato, o evento permitiu às autoridades, aos trabalhadores rurais e aos representantes das agroindústrias um maior conhecimento sobre os males e os benefícios desses produtos.

Outro ponto importante, segundo os parlamentares, é que todos os presentes manifestaram preocupação e

entenderam a necessidade de se estabelecer um prazo para que a ciência consiga produzir respostas sobre os efeitos dos produtos transgênicos no meio ambiente e na saúde dos consumidores.

De acordo com Mantelli, autor do requerimento que originou a audiência, o debate mostrou também a importância da agricultura orgânica, sem uso de defensivos químicos. O processo natural de germinação, o chamado agroecológico, é o mais viável do ponto de vista econômico e produtivo, ressaltou o deputado, fundamentado na argumentação de engenheiros

agrônomos e agricultores especializados.

Os parlamentares ainda acham que o momento é oportuno para esclarecer a diferença entre produtos geneticamente modificados, os transgênicos, e os geneticamente melhorados como o milho híbrido.

Para ampliar e aprofundar a discussão sobre o assunto, está programado para o próximo dia 13, o 2º Seminário Estadual sobre Transgênicos, que contará com a presença do americano John Fagan, PHD em biologia molecular e bioquímica.

PLENÁRIO

Energia mais barata para produtores rurais

O deputado Herneus de Nadal, líder do PMDB na Assembléia, apresentou projeto de lei que dispõe sobre a isenção de ICMS nas operações de energia elétrica destinadas ao produtor rural e às cooperativas rurais. Segundo ele, “a energia representa insumo de fundamental importância para a atividade agrícola catarinense, em especial para a produção sob o regime de intensidade na avicultura e suínocultura”.

Na prática, o projeto permitirá o barateamento da energia elétrica em 13,63% para os produtores rurais e cooperativas agrícolas que têm uma faixa de consumo de até 300 KW mensais.

Herneus destaca ainda a necessidade de se criar incentivos aos agricultores que atravessam uma séria crise, permitindo a diminuição do custo da produção para favorecer a concorrência



Deputado Herneus de Nadal

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

dos produtos catarinenses e assegurar um nível de renda um pouco maior no campo. Atualmente, o projeto encontra-se em tramitação nas comissões técnicas.

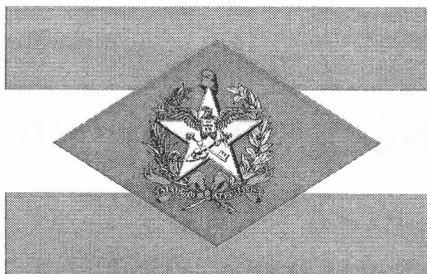
Bandeira do Estado poderá ser símbolo permanente

Se aprovada emenda constitucional de autoria do deputado Jorginho Mello (PSDB), a bandeira do Estado será definitivamente a marca adotada como forma de representação da logomarca do Governo, a ser usada em placas, painéis, veículos, móveis, documentos e demais impressos.

Segundo o parlamentar, o objetivo deste projeto é a padronização oficial e permanente da configuração da bandeira como símbolo do Estado, reduzindo os custos inerentes à confecção de todo material que personaliza as ações inerentes ao exercício de cada governo que se instala.

Mello confirma que já está constatado o absurdo em material inutilizado após o término de uma gestão, uma vez que o novo governo que assume cria um novo logotipo para registrar seu período, descartando todo material existente, independente da quantidade. “Nenhum governo quer referendar o outro, usando o mesmo timbre” justificou.

“Tal atitude, se observada com a



devida ótica, é descabida. Se houver uma padronização desta simbologia, põe-se um fim nessas despesas injustificadas, as quais acabam sendo cobertas pelo contribuinte” afirma Jorginho. A perpetuação do símbolo estará dando uma característica permanente de simbologia ao Estado, além do material remanescente de uma gestão poder ser aproveitado pela outra, sem implicar em custos desnecessários ou inutilização de reservas. A emenda subscrita por vários deputados prevê também a inscrição “Santa Catarina”, a ser impressa no rodapé da bandeira.

Uniformidade nas punições de trânsito

O deputado Rogério Mendonça (PMDB) pretende acabar com a duplicidade de punições em decorrência da não transferência dos veículos no prazo de 30 dias, a partir da data de venda. Ele afirma que em Santa Catarina a aplicação da multa não é uniforme, ou seja, a cobrança pode ser de acordo com a lei estadual ou com o Código Nacional de Trânsito. “Algumas autoridades de trânsito atuam com base na lei estadual, no valor de 200 UFIRs. Outras seguem o Código Brasileiro, que prevê no seu art. 233 multa de 115 UFIRs para quem deixar de registrar veículos no prazo de 30 dias junto ao Detran”, salientou Mendonça.

A revogação de dispositivo que trata desta multa proposta pelo deputado, faz prevalecer a hierarquia de leis, priorizando a norma federal (Código Nacional de Trânsito) e pondo fim à duplicidade de cobrança.

Multas de trânsito poderão ser parceladas

As multas aplicadas em razão da não transferência da propriedade de veículos automotores no tempo determinado pelo Código de Trânsito Brasileiro e também aquelas lançadas até 10 de maio deste ano poderão ser parceladas em até 12 meses. Dois projetos do deputado Luiz Roberto Herbst (PMDB) tratam desses assuntos.

Segundo o parlamentar, os projetos surgiram por inúmeras solicitações de motoristas, principalmente os que utilizam o veículo como instrumento de trabalho. “Muitos passam por dificuldades financeiras e não podem pagar as multas em uma só parcela”, lembrou. Ele salientou que uma vez quitados esses débitos, o Estado poderá incrementar a arrecadação de tributos.

Projeto beneficia menores e idosos

Com a intenção de amenizar o sofrimento daquele paciente internado em hospitais da rede pública e conveniada do Estado, o deputado César Souza (PFL) encaminhou projeto de lei que visa garantir a presença de acompanhantes durante as internações hospitalares. A proposta do parlamentar tem como um dos principais objetivos fornecer apoio ao tratamento médico que se dispensa a qualquer pessoa internada.

O projeto, se aprovado, determinará que menores de 18 anos e, em casos especiais, até 21 anos, e idosos acima de 60 anos terão direito a acompanhante. Pela proposta, entende-se como meios que permitam a presença de acompanhante acomodações adequadas e o fornecimento das principais refeições. Ficam

de fora desta permissão as internações em Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), ou situações clínicas em que tecnicamente esteja contraindicada a presença de acompanhante, desde que formalmente justificado pelo médico.

O parlamentar explica que “o SUS, até mesmo pela carência de recursos financeiros, não suportaria o encargo em todos os casos de internações. Não obstante, situações mais específicas, decorrentes da fragilidade emocional do paciente, menor ou idoso, exigem acomodação para acompanhante. Vale lembrar que esta distinção é preconizada com objetividade no Estatuto da Criança e Adolescente e na Lei 8.842/94, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso”.

Escolta policial

Por conta dos inúmeros pedidos, o deputado Luiz Herbst (PMDB) encaminhou indicação ao Comando da Polícia Militar de Rio do Sul, solicitando escolta durante o transporte de valores entre Rio do Campo e o município de Santa Terezinha. Herbst justifica que o município dispõe apenas de dois bancos: Banco do Brasil e Besc.

No entanto, acrescenta o parlamentar, o posto avançado do Banco do Brasil de Rio da Anta corre o risco de ser fechado nos próximos meses, uma vez que não dispõe de escolta policial para acompanhamento do transporte de valores. “Somente a Polícia Militar poderá impedir que o posto seja fechado. Caso isso ocorra, o município sofrerá grandes prejuízos”, justifica.

Teatro do CIC

Todos os anúncios e peças de divulgação de eventos realizados no Teatro do CIC deverão constar como referência “Teatro Ademir Rosa – CIC”. Este é o apelo encaminhado à Fundação Catarinense de Cultura e à direção do Teatro pela Assembléia, de acordo com proposição do deputado Pedro Uczai (PT).

Esta medida se faz necessária para tornar conhecido o nome do teatro, que até hoje é popularmente chamado de “Teatro do CIC”. O nome do ator e dramaturgo catarinense Ademir Rosa foi dado àquele teatro, a partir de projeto apresentado por Uczai, ainda no mandato anterior. “Os catarinenses precisam conhecer e massificar o nome correto daquele espaço cultural, que com tanta justiça homenageia um talentoso filho seu”, comenta Uczai.

Proposições

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao Secretário da Saúde, pedindo medidas urgentes para preservar o atendimento do SUS nos hospitais catarinenses que foram completamente descapitalizados, tornando-se devedores de encargos fiscais e previdenciários.

Deputado Onofre Agostini (PFL) ao Secretário da Saúde, que providencie uma ambulância para o Corpo de Bombeiros de Campos Novos.

Deputado Gerson Sorgato (PMDB) solicitou à Secretária da Educação a liberação dos valores atrasados referentes ao convênio celebrado entre o governo do Estado e Cordilheira Alta.

Deputado João Rosa (PSDB) ao Presidente da Associação Catarinense de Medicina, para que aquela entidade busque meios de diminuir os custos dos exames indispensáveis na contratação de pessoal.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao Ministro dos Transportes, medidas para a restauração da BR-282, nos trechos entre Pinhalzinho e São Miguel do Oeste e entre o trevo de Irani e Xanxerê.

Deputado Onofre Agostini (PFL) aos ministros da Agricultura e da Saúde, solicitando a proibição da adição de açúcar na erva-mate. Disse que essa prática vem trazendo muitos prejuízos para os ervateiros.

Deputado Clésio Salvaro (PFL) ao Secretário da Agricultura, para que seja determinada a perfuração de poços artesianos na comunidade de Ronco d'Água, no município de Içara.

Deputado Onofre Agostini (PFL) ao Presidente da República e ao Ministro da Agricultura, para que liberem linhas de crédito para o custeio da safra agrícola.

Deputado Neodi Saretta (PT) ao Governador do Estado, pedindo urgência na liberação dos recursos para as famílias atingidas pelo vendaval, ocorrido no último dia 8 de setembro, em Concórdia.

Deputado Cesar Souza (PFL) ao Governador do Estado, indagando sobre as condições da rede de distribuição de água da Casan no segmento compreendido entre as localidades da Freguesia do Ribeirão e Caieira da Barra do Sul, em Florianópolis.

Deputado Nilson Gonçalves (PFL) à Associação Israelita Catarinense, congratulando-se com aquela comunidade em Santa Catarina, pela passagem do seu Ano Novo - Rosh Hashana - ocorrido na passagem do dia 11 para 12 de setembro.

Deputado Cesar Souza (PFL) quer saber do Governador do Estado os motivos que levaram à majoração dos preços das publicações do Diário Oficial do Estado, que foram elevados em mais de 200%.

Deputado Clésio Salvaro (PFL) ao Presidente da Celesc, a iluminação de parte da rodovia SC-407, em Forquilha - São José, que virá beneficiar os alunos do Campus da Univali, no sentido de evitar situações de risco de segurança.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao Secretário da Segurança Pública, medidas para terminar as obras do prédio da delegacia de polícia do município de Coronel Freitas, e à Secretária da Educação, para que proceda reformas no prédio da Escola Estadual Delia Régis.

Deputado Pedro Uczai (PT) ao Governador do Estado, indagando sobre os critérios na distribuição de espaços para a estocagem de grãos nos armazéns do Porto de São Francisco.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao Prefeito e à Câmara Municipal de Nova Itaberaba, cumprimentando pelo transcurso do oitavo aniversário de emancipação político-administrativa daquele município.

Deputado Luiz Herbst (PMDB) está solicitando ao Secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e ao Presidente da Santur apoio institucional e financeiro ao Centro Paleontológico de Mafra - Cépaleo.

ESPECIAL

Comissão de Saúde discute atividade farmacêutica

Estudantes universitários e profissionais farmacêuticos lotaram as galerias do plenário da Assembléia Legislativa durante a audiência pública promovida pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente, no último dia 13. "Farmácia, Um Estabelecimento de Saúde" foi o tema da reunião que contou com a participação de parlamentares, representantes do Sindicato dos Farmacêuticos de Santa Catarina, Federação Nacional dos Farmacêuticos, Procon, Secretaria Estadual de Saúde e universidades. Em discussão o projeto de lei de autoria da senadora Marluce Pinto, que desobriga farmácias e drogarias a manterem farmacêuticos habilitados nestes estabelecimentos, e o substitutivo do deputado federal Ivan Valente que mantém a obrigatoriedade da assistência técnica dos farmacêuticos em drogarias.

Como resultado da audiência, o presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, deputado Volnei Morastoni (PT), encaminhará uma proposta de moção de apoio ao substitutivo de Ivan Valente aos parlamentares que compõem a Comissão de

Constituição e Justiça da Câmara Federal, onde tramita o projeto, além de um pedido de apoio ao Fórum Parlamentar Catarinense. Durante a reunião ficou acordado também a formação de uma comissão mista de trabalho, formada por parlamentares, entidades e farmacêuticos com o objetivo de trabalhar em torno de uma política de assistência farmacêutica no Estado.

Volnei entende que a questão da atividade farmacêutica envolve a discussão do sistema de saúde do país. "São diversos problemas, como venda de remédios em supermercados, falsificações, automedicação, propaganda enganosa, monopólios e falta de acesso de milhões de brasileiros aos medicamentos, tanto os comuns quanto os especiais, como os para tratamento da Aids, diabetes, doenças renais crônicas, hepatites, entre outros. Por isso é que a farmácia tem de ser encarada como um estabelecimento de saúde e o farmacêutico como um profissional a serviço da saúde, atuando sob uma política definida e regida pelos interesses da sociedade", adverte o parlamentar.

Agenda Comunitária

Levando em consideração que o poder público não consegue, via de regra, obter a necessária interação com todo o universo administrado, principalmente o social e os segmentos produtivos, geradores da riqueza e dos tributos que mantém o Estado, o deputado Cesar Souza (PFL) encaminhou indicação e o plenário acatou, solicitando a criação de uma "agenda comunitária" a ser cumprida pelos secretários estaduais. Esta agenda é extensiva a todos os dirigentes de instituições públicas

estaduais.

Para Cesar, a criação dessa agenda fará com que o atendimento seja mais eficiente, bem como os anseios mais legítimos da comunidade, através deste contato direto, sejam atendidos mais rapidamente. Além disso, "a experiência de visitar as regiões e de descentralizar o ambiente administrativo, inclusive praticada por governantes, tem mostrado resultados inovadores, proporcionando em alguns casos a inversão de prioridades e, em outros, o pronto atendimento dos pleitos mais urgentes".

Deputado assume como Conselheiro da Fatma

Está marcada para a próxima segunda-feira 20, a posse do novo Conselho Deliberativo da Fundação Estadual do Meio Ambiente - Fatma. O evento será presidido pelo secretário estadual do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, João Macagnan, e marcará o ingresso do deputado Joares Ponticelli (PPB) para ocupar a vaga que pertence ao Poder Legislativo junto ao Conselho

Deliberativo da fundação. Além de Ponticelli farão parte do Conselho o secretário João Macagnan, o diretor presidente da Fatma, César De Lucca, o geólogo Dalzilei Beneton Pereira, da Casan, o diretor técnico da Floram, Giovanni Amboni, como representante das entidades municipais, e o técnico do Ibama, André Boclin, como representante das entidades federais.

Agenda

Dia 17, às 9 horas, 1º Seminário Regional (Amrec) - discussão sobre geração de emprego e renda no Estado.

Local: Salão Ouro Negro da Prefeitura de Criciúma

Dia 20, às 14 horas, Sessão Especial em comemoração ao Ano Internacional do Idoso, decretado pela ONU.

Local: Plenário

Dia 20, às 17 horas, CPI do Besc - depoimento do Secretário da Fazenda, Antonio Carlos Vieira

Local: Plenarinho

Dia 21, às 19 horas, Sessão Especial para lançamento de livretos pela Diretoria de Atenção à Família da Secretaria de Desenvolvimento Social e Família.

Local: Plenário

Dia 22, às 9 horas, CPI do Besc - depoimento da gerente geral da agência Besc/Brasília, Christiane Maria Mees

Local: Plenarinho

Dia 22, às 17 horas, CPI do BESC - depoimento da gerente da agência Besc/Rio de Janeiro, Luíza Aparecida Vieira França.

Local: Plenarinho